



EMENDA SUBSTITUTIVA Nº _____ / 2019
(Do deputado Leandro Grass e outros)

Ao Projeto de Lei nº 238 de 2019, que
“Revoga a Lei Distrital nº 6.148, de 25
de junho de 2018”.

Dê-se ao Projeto de Lei nº 238, de 2019 a seguinte redação:

Projeto de Lei nº 238/2019
(Da Deputada Júlia Lucy)

“Altera a Lei 6.148, de 25 de
junho de 2018”.

A CAMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA:

Art. 1º O artigo 1º da A Lei nº 6.148 de 25 de junho de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º As boates e casas noturnas, cuja frequência esteja destinada a maiores de idade e situadas no Distrito Federal ficam obrigados a comercializar preservativos”.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.”

JUSTIFICATIVA

A Presente emenda substitutiva, tem por finalidade adequar a proposta do Deputada Julia Lucy, para que a lei seja mais efetiva e não haja solução de continuidade na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Leandro Grass



Com efeito, conforme veiculado pela ONU o Brasil tem estado na contramão do mundo, a medida que registrou um aumento de 21%, de novos casos de aids, entre 2010 e 2018 (copia anexa).

Assim, enquanto a oferta de preservativos em ambientes cuja a frequência não seja de maiores de idade pode constranger pais e responsáveis, como afirmou a autora, em defesa de seu projeto de Lei em Reunião nesta Comissão, por outro lado, a oferta em casa destinado ao público adulto, não constrangerá e possibilitará a conscientização do sexo seguro, contribuindo para reverter as estatísticas acima referidas

Assim, conclamo os nobres pares para aprovarmos o presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, de de 2019.


Dep. Leandro Grass
REDE Sustentabilidade



FAÇA O
TESTE DO HIV.

É RÁPIDO, GRATUITO, SEGURO E SIGILOSO
PROCURE UMA UNIDADE DE SAÚDE DO SUS.

[Home](#)
[Sobre nós](#)
[Notícias](#)
[Artigos](#)
[Eventos](#)
[Palestras](#)
[Serviços](#)
[Biblioteca](#)
[Dicionário](#)

16/07/2019 - 09h38

Dados da ONU: Na contramão do mundo, Brasil tem aumento de 21% de novos casos de aids em 8 anos



O Brasil vai na direção oposta da média mundial e registre, entre 2010 e 2018, um aumento no número de novos infecções por HIV. Os dados são da Unaid, a agência da ONU especializada na epidemia.

De acordo com os novos dados, o Brasil apresentou um aumento de 21% no número de novos casos em oito anos. O aumento ainda fez com que a América Latina registrasse, em média, um incremento de 7% nos novos casos de aids na região entre 2010 e 2018.

Os dados se contrastam com uma queda acentuada de novos casos em El Salvador (-48%), Nicarágua (-29%), Colômbia (-22%) ou Equador (-12%). Apenas Chile e Bolívia tiveram resultados mais preocupantes que o Brasil na região e, ainda assim, por uma margem mínima.

Sem o Brasil, a América Latina teria registrada uma queda de 5% no número de novos casos entre 2010 e 2018.

Em números absolutos, o Brasil registrou 44 mil novos casos em 2010. Em 2018, esse número foi de 53 mil. Por conta de seu tamanho, o País acabou influenciando a média latino-americana, que viu uma alta de 7% neste período. Em 2018, foram 100 mil novos casos na região, com 35 mil mortos.

O Brasil também foi na direção contrário do restante do mundo. No médio, a doença registrou uma queda de 16% no número de novos casos em oito anos. Em 2018, 1,7 milhão de pessoas foram infectadas pelo vírus no mundo, contra 2,1 milhões em 2010. Em seu auge, em 1997, 2,9 milhões de novos casos eram registrados por ano. Na África do Sul, o número de novos casos caiu em 40% desde 2010.

O Unaid ainda explica a forma de cálculo, indicando que as estimativas do País estão "baseadas em um modelo desenvolvido no Brasil até 2016 e amplia a tendência até 2018 com base em novos casos notificados, novos números de pessoas em tratamento e número de pessoas que tenham morrido". O número se refere a casos diagnosticados do portadores do vírus.

César Nuñez, diretor regional do Unaid para a América Latina e o Caribe, não deixa de elogiar os avanços registrados no Brasil nos últimos anos. "É importante reconhecer que o Brasil continua melhorando seus dados epidemiológicos e a forma como reporta essas informações estratégicas", disse. "Isso certamente tem desempenhado um papel importante em nos ajudar a ter um quadro mais claro da epidemia de HIV no país", disse.

Mas ele deixa claro que os desafios são reais. "A epidemia de HIV na América Latina está concentrada em populações-chave. Gays e outros grupos foram responsáveis por mais de 40% dos novos infecções por HIV na região - o que também se reflete no contexto brasileiro", explicou.

"O aumento de 21% dos novos casos no Brasil demonstra que, apesar de todos os avanços recentes no país na expansão do acesso ao tratamento como parte de sua estratégia de prevenção combinada, o Brasil precisará aumentar ainda mais essa já forte resposta para ser capaz de dobrar a curva de novas infecções", alertou.

"Para alcançar um programa mais forte, acredita que o desafio do Brasil reside em adaptar uma resposta mais focada à epidemia com a introdução de abordagens inovadoras, mantendo uma plataforma sobre direitos humanos onde o estigma e a discriminação relacionados ao HIV são claramente abordadas. Também será importante trabalhar ainda mais de perto com as comunidades mais afetadas pela epidemia", indicou.

Hoje, no mundo, 54% das novas infecções ocorrem entre usuários de drogas, homossexuais, transgêneros, trabalhadores do sexo e prisioneiros. Essa é a primeira vez que mais da metade dos casos está registrada nessas "populações-chave". Mas menos de 50% deles receberam algum tipo de serviços, incluindo prevenção. Na América Latina, eles representam 65% dos novos casos.

"A epidemia de HIV no Brasil está concentrada em populações-chave, de modo que todas essas questões também precisam ser levadas em conta ao analisar esse aumento constante de casos novos desde 2004", aponta a entidade.

"O relatório mostra que foram obtidos ganhos contra o estigma e a discriminação relacionados com o HIV, mas as atitudes discriminatórias em relação às pessoas que vivem com HIV e as leis penais contra as populações-chave empurram as pessoas para as margens da sociedade. As atitudes discriminatórias em relação às pessoas que vivem com HIV e às populações-chave continuam a ser comuns em demasiados países. A discriminação nos países é muitas vezes reforçada pelo assédio e pela violência", explica.

Crise de Prevenção

A entidade também indica ainda que "o mundo também está a atravessar uma crise de prevenção". Para responder a isso, a Unaid e o UNFPA lançaram em outubro de 2017 a Coalizão Global de Prevenção e o Brasil está entre os 25 países que fazem parte da iniciativa.

"Mais recentemente, de 10 a 14 de junho, a Programa Nacional Brasileira fez uma revisão técnica abrangente da sua resposta à prevenção do HIV, organizando uma reunião de três dias com especialistas de universidades, sociedade civil, Unaid, OPAS e outras entidades da ONU", explicou o Unaid. "As recomendações dessa revisão foram apresentadas à Secretaria de Vigilância em Saúde e incluem a necessidade de melhorar ainda mais a localização e a abordagem populacional, expandir a abordagem de prevenção combinada, expandir os serviços de testes e tratamento para alcançar os mais atrasados, melhorar o monitoramento do programa de prevenção e fortalecer o engajamento e aumentar o financiamento para a sociedade civil", indicou.

"Finalmente, em relação à resposta ao tratamento na região, o Brasil tem um dos maiores níveis de supressão viral entre as pessoas vivendo com HIV em 2018, com 62%", destacou.

No mundo, 37,9 milhões de pessoas vivem com a doença. Desde seu início, nos anos 80, 74,9 milhões de pessoas foram infectadas e 32 milhões delas morreram. Entre 2004, ano de maior número de mortes, e 2018, a queda foi de 55%. O total passou de 1,7 milhão para 770 mil.

Hoje, 79% das pessoas que vivem com o vírus sabem que foram contaminadas. Novas infecções entre mulheres jovens entre 15 e 24 anos caíram em 25% desde 2010. Mas a Unaid considera que é inaceitável que 6,2 mil adolescentes e jovens mulheres sejam infectadas pela doença a cada semana. Só com programas de saúde sexual e reprodutiva é que, segundo a entidade, tal situação pode ser reduzida.

Entre 2010 e 2018, o número de pacientes com acesso ao tratamento passou de 7,7 milhões para 23,3 milhões, o que representa 62% de todas as pessoas infectadas.

Progresso Lento

Mas a entidade estima que o progresso tem sido lento e, em algumas regiões, o que se vê é o aumento de casos. Além do Brasil, a Ásia registrou uma alta de 29%, contra 10% no Oriente Médio.

Outra preocupação é o financiamento para prevenção e tratamento. Pela primeira vez, as agências internacionais voltaram a ver uma redução de recursos. Em 2018, a queda foi de quase US\$ 1 bilhão. Em 2019, um total de US\$ 19 bilhões foram gastos na resposta à Aids, deixando um buraco de US\$ 7,2 bilhões no orçamento considerada como ideal para lidar com a doença.

A meta mundial de ter menos de 40 mil crianças afetadas em 2018 pela Aids não foi atingida. No ano passado, 160 mil novos casos da doença foram registrados entre menores. A meta também era de 1,6 milhão de crianças tivessem acesso ao tratamento. Mas o total chega a apenas 940 mil. 6,1 milhão de pessoas tampouco sabiam que estavam contaminadas.

"Precisamos da firmeza urgente uma liderança política para acabar com a aids", disse Gunilla Carlsson, diretora-executiva da Unaid. Para ela, acabar com a epidemia vai ser possível se o foco for colocado nas pessoas, e não no vírus.

Fonte: UOL

